



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**ACTA N.º 9/2007**

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRA,  
REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO  
DE 2007: -----**

----- Aos vinte dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e sete, nesta Vila de Mira, na sala de reuniões dos Órgãos da Autarquia, edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Mira, em sessão ordinária, sob a presidência do Exmo. Sr. Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro, secretariado pelos Exmos. Srs. Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, 1.º Secretário, e o Sr. Paulo Manuel Reigota dos Santos, 2º Secretário. Estiveram, igualmente, presentes os deputados Exmos. Srs. Dr. Raul José Rei Soares de Almeida, Eng.º Carlos Manuel Brites Monteiro, Dr. Juan António Figueiredo Apolinário, Pedro Nunes, Narciso Patrão António, Luís Filipe da Cruz Barreto, João Maria Nogueira, Prof. Maria Elzita de Miranda Seixas, Dr. Luís Miguel Domingues Mingatos, Dr. Paulo Jorge dos Santos Grego, Eng.º Virgílio de Miranda Cravo Roxo, Prof. Ana Maria Baião Seabra Ramos, Fernando Manuel dos Santos Alves, Dr. Marco António Saborano Custódio, Prof. Luís Manuel de Jesus Lourenço, Carlos Alberto dos Santos Milheirão e António Cardoso Alberto. -----

**----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:-----**

----- A Mesa da Assembleia, no âmbito da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 46.º-A da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

11 de Janeiro, justificou as faltas dos Srs. Deputados Luís Filipe da Silva Cainé, Dr.<sup>a</sup> Isabel Cristina de Carvalho Jorge, Gabriel Miranda Pinho, Albano Manuel da Rocha Lourenço e Mário de Jesus Manata. -----

----- **HORA DE ABERTURA:** Eram quinze horas e trinta minutos quando foi declarada aberta a sessão, tendo sido feita a chamada dos membros da Assembleia, com as presenças e a ausência anteriormente referidas. -----

----- **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”:** -----

----- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro começou por pedir desculpa pelo seu atraso e de seguida sugeriu, caso a Assembleia concordasse, que o ponto um da ordem de trabalhos “Celebração do Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos – 2007”, fosse debatido no período de “Antes da Ordem do Dia”. Não tendo havido nenhuma objecção passou-se então ao debate do referido ponto. -----

----- Começou o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia por referir que o “Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos – 2007” era uma iniciativa Europeia que abrangia um espectro muito alargado da vivência em Democracia e da Cidadania plena, independentemente dos adquiridos pessoais e familiares de cada um porque, eram eles que marcavam o trajecto de vida de cada um. A Igualdade de Oportunidades para Todos fazia-se quando, cada um, independentemente da sua origem social, crenças, convicções e ideologia se mantivesse no recto caminho; não podiam ser influenciadas pelo berço em que se nascia, embora muitas das vezes fossem. A maneira de não serem influenciadas pelo berço radicava na existência da educação, era a melhor forma de



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

contrariar as desigualdades de oportunidades. Educação, não tinha nem devia ser só a escola, esta contribuía para a educação, mas a base da educação e a raiz de todo o processo educativo estava na família. Mira, deprimida socioeconomicamente durante muitos anos, tinha sabido libertar-se da marca socioeconomicamente depressiva para se afirmarem, ganharem posição e serem cidadãos de corpo inteiro. O “Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos” queria fazer perceber às pessoas que o valor de cada um estava naquilo que era, na forma como fazia e como assumia as suas responsabilidades e desempenhava as suas missões; mais do que por aquilo que desejavam que ele fosse, mais do que o aparente, o real que era a essência que fazia a humanidade; ser cidadão, ter educação era dar valor ao outro por aquilo que ele era e não por aquilo que queríamos que ele fosse ou por aquilo que ele pensava que era ou queria aparentar que era. Igualdade para todos era combater a discriminação sob toda a forma, inclusivamente, sob aquela forma assumida por cada um, que era a mais difícil de combater; que, existiam Cidadãos que se consideravam inferiores aos outros tornando-se a forma mais grave de existência e mais difícil de combater porque a própria igualdade já residia na própria cabeça. -----

-----Depois de o ponto ter sido apresentado pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, foi também posto a debate, permitindo que o público presente pudesse intervir. -----

----- O Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, 1.º Secretário, referiu que estavam naquela Assembleia Municipal a debater aquele ponto na sequência de um pedido do Sr. Governador Civil. Mais disse, que o “Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Todos” tinha tido início num programa comunitário a que Portugal tinha sido convidado a aderir como organização que estava na dependência dos Ministros da Presidência, do Trabalho e da Solidariedade Social; que, tinha sido estabelecido, pela organização, um plano de acções em que o Sr. Eng.º Calisto de Oliveira Coquim deu conhecimento das várias actividades desse plano.-----

----- Interveio em primeiro lugar o Sr. Deputado Carlos Milheirão que começou por se reportar ao caso de um barco com Cidadãos Marroquinos que tinham sido apanhados na costa Algarvia e que provavelmente iriam ser repatriados para o seu País, questionando assim se seria aquilo a igualdade de oportunidades que se falava.-----

----- Interveio o Sr. Deputado Fernando Alves para dizer que no Concelho de Mira, durante aquele ano, pouco se tinha visto relativamente à mobilidade dos deficientes, dando como exemplo o próprio edifício da Câmara Municipal que não tinha qualquer tipo de acesso para deficientes, bem como no edifício da Casa do Povo, nos passeios da Praia de Mira e de todo o Concelho que sem dimensões necessárias para passar uma cadeira de rodas ou um carrinho de bebé, ainda eram colocados sinais e árvores no meio dos passeios. Terminou dizendo que não era suficiente referir aquilo que tinha sido feito em outros locais mas sim, aplicá-las no Concelho e no terreno. -----

----- Usou da Palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. João Maria Ribeiro Reigota que começou por saudar todos os presentes. Disse que, era necessário fazer, praticar, dizer, mas fundamentalmente que os homens se continuassem a afirmar cada vez mais na prática, no trabalho e nos resultados. Não viviam num Mundo nem num Concelho perfeito mas tinham consciência de que muito tinham feito para que cada um



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

fosse igual ao seu semelhante, como tinha sido dito pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, mas que o mais difícil era resolver o problema das mentalidades e dos complexos de inferioridade de cada um. Em nome da Câmara Municipal disse que, tinham feito tudo e iriam continuar a fazer aquilo que era possível para que as igualdades e os Cidadãos estivessem cada vez mais próximos. -----

----- O Sr. Deputado Luís Filipe Barreto tomou a palavra para dizer que nunca era demais debater a problemática da igualdade de oportunidades, quer entre raças diferentes, quer entre membros da mesma raça mas de sexo diferente. Disse que as conquistas que tinham sido feitas tinham sido conquistas à custa de muito sacrifício, desde o direito ao voto, ao trabalho remunerado etc. Em Portugal, ainda antes do 25 de Abril estava negado o acesso a algumas carreiras na Função Pública para as mulheres; nas Forças Armadas também não existiam mulheres. Reportando-se ao artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa onde consta que “ todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei, ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social”; que, muito tinha sido feito e com o “Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos” esperava que mudasse e alertasse mais alguma coisa. Terminou lembrando que o problema da igualdade poderia, muitas das vezes, resolver outros problemas; que, existia alguma insatisfação social, pessoas que perdiam o emprego, criminalidade a aumentar que podia ser combatido com mais meios e com mais agentes de segurança na



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

rua, reforço de autoridade e outros mas, antes de ser combatido poderia ser prevenido com uma verdadeira igualdade de oportunidades. -----

----- Interveio novamente, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia que começou por dizer que a sua liberdade não terminava onde começava a liberdade do próximo mas começava onde também começava a liberdade do próximo; que, se entendesse que a sua liberdade terminava onde começava a liberdade do próximo, a sua tentação primária instintiva era lutar contra o próximo para aumentar o seu grau de liberdade. Se pensasse que a sua liberdade começava onde começava a liberdade do próximo, tinha todo o interesse em manter a liberdade do próximo, em dar a sua vida para que o seu próximo se mantivesse livre, porque seria a maneira de também livre se manter. Mais disse que Portugal era um País livre, muitos já tinham nascido num espaço de liberdade mas outros ainda conheceram dificuldades postas a tal liberdade; que, hoje em dia manter a liberdade, a igualdade de oportunidades, fomentar o acesso aos bens que a sociedade produzia exigia muita energia, dispêndio, esforço e capacidade de renúncia de cada um. Quando na sua anterior intervenção tinha falado da Educação, não tinha referido que a seguir ao processo de Educação tinham a capacidade de julgar aquilo que era bem e mal, coisa que a pessoa que não tivesse a educação dificilmente fazia; que, a partir do momento em que tinha educação, tinha capacidade para discernir o que era bem e o que era mal, capacidade de fazer juízos de valor e de seguida assumir compromissos para entrar em acção que era o topo de todo um processo que passava em primeiro pela informação de seguida pelo conhecimento, educação, juízo, compromisso e por fim a acção; que era na acção que as pessoas eram todas diferentes. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Interveio mais uma vez o Sr. Deputado Luís Filipe Barreto para dizer que havia limitação de liberdade no intuito de perceber e de acreditar que não existia liberdade absoluta porque a liberdade de cada um, estava limitada pela garantia e pela liberdade de outros; que, cada indivíduo tinha de reconhecer e cumprir os seus deveres, enquanto membros de uma colectividade. -----

----- Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mira, António Alberto o qual referiu que naquela sessão já tinham sido apontadas algumas falhas de situação que se passavam no Concelho mas que, para que houvesse igualdade também teria que referir algumas coisas que eram bem feitas, como exemplo o Mercado de Natal que tinha sido elogiado por muitas pessoas. -----

----- Usou da palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Prof.<sup>a</sup> Ana Maria Baião para dizer que tinha estado numa conferência onde tinha havido umas palestras sobre os problemas do Darfur onde tinha verificado o quão distante que estávamos daquilo que se passava no Darfur. Tinha ficado bastante impressionada com aquilo que se fazia com as mulheres, com as raparigas, com a matança que estava a ser feita com tudo o que era rapazes acima de 12 anos, eram todos liquidados. Tinha verificado que a escravatura não tinha acabado, era actual; que, actualmente havia escravatura perpetrada pelos árabes do norte que raptavam os pretos do coração da África. -----

----- Interveio de seguida o Sr. Deputado Dr. Juan António Apolinário e reportando-se à intervenção do Sr. Deputado Fernando Alves disse que a intervenção não tinha sido no sentido da crítica, mas apenas uma chamada de atenção para a acessibilidade das pessoas com algumas deficiências e alertar para que se passasse da reflexão à prática;



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que, fossem assumidos alguns compromissos e não fosse apenas um fórum para demonstrar as capacidades oratórias. Disse que a Câmara Municipal tinha feito um trabalho bastante interessante no aspecto da Acção Social e porque Mira tinha a capacidade de bem receber, deviam procurar ser diferentes e criar algumas iniciativas para as pessoas mais desprotegidas. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e disse que mais do que as palavras valia a prática, sem restringir a liberdade e o direito de expressão de cada um porque vivíamos numa sociedade aberta, não valia a pena debater assuntos que estavam instituídos contudo, devíamos ter cuidado para não actuar de uma forma injusta. Alertou para serem sempre justos na crítica e nas acções. Terminou cumprimentando todas as Associações presentes. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Fernando Alves para dizer que a sua primeira intervenção tinha sido com o intuito de que os aspectos que tinha referido fossem melhorados e não da forma como tinha sido interpretado pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mira. -----

----- O Sr. Prof. Luís Lourenço tomou a palavra para dizer que aquela problemática em Portugal tinha sido demasiado centrada na Escola, como tendo que dar resposta a todas as situações. Concordava com um Professor da Universidade de Lisboa quando tinha dito que a Escola tinha excesso de missões e tinha que se recentrar naquilo que era a sua missão primordial; que, a escola tinha um papel a cumprir e dentro das possibilidades que tinha, o cumpria o melhor que podia. Disse ainda que a temática da igualdade nos levaria a pensar e a reflectir durante muito tempo, mas não tinha havido tanta





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

necessidade de se reportarem ao tema se a acção do Mundo não estivesse centrada, sobretudo, na parte económica e fosse valorizada a parte social. -----

----- Usou da palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia o qual referiu que a educação fazia-se por modelos; que, educador eram aqueles a quem dávamos valor, os gestos, as atitudes, os comportamentos que, alguém, a quem tinham dado valor, assumia e que passariam a ser referências para outros que os valorizavam. Todos os Deputados Municipais do Concelho estavam sempre a ser educadores, tudo aquilo que faziam era tomado em atenção e era valorizado; que, eram uma elite eleita como era o executivo e a forma como se comportavam no dia a dia era tomado em consideração, tinham um papel duplamente responsabilizante que era representar os eleitores ao mesmo tempo que eram modelos sociais. -----

----- Seguido de um intervalo, deu-se início à segunda parte do Período “Antes da Ordem do Dia” onde o Sr. Presidente da Câmara Municipal convidou toda a Assembleia Municipal para, num espírito Natalício, jantarem no final da reunião. -----

----- O Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida em resposta ao convite do Sr. Presidente da Câmara Municipal, manifestou a sua impossibilidade e a da sua bancada de estar presente no jantar visto que já tinham feito a reserva para um outro jantar. -----

----- O Sr. Deputado e 1.º Secretário Eng.º Calisto de Oliveira Coquim informou que o Sr. Deputado Eng.º Carlos Monteiro retomaria a posição de líder da bancada do Partido Socialista. -----

----- O Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida em nome da bancada do Partido Social Democrata desejou votos de felicidades ao regresso do Sr. Eng.º Carlos Monteiro. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O Sr. Deputado Eng.º Carlos Monteiro agradeceu o voto de confiança e que a posição tinha sido retomada de comum acordo elogiando ainda o trabalho que tinha sido feito pela Prof. Maria Elzita. -----

----- Seguiu-se a Aprovação das Actas das Sessões Anteriores. -----

----- Pelo Sr. 1.º Secretário Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, foi posta à aprovação a acta da sessão ordinária realizada em 27 de Junho de 2007, a qual foi aprovada por maioria, com cinco abstenções dos Srs. Deputados Dr. Luís Mingatos, Eng.º Virgílio Cravo Roxo, Prof.º Luís Lourenço e Dr. Paulo Grego por não terem estado presentes e do Sr. Deputado Dr. Juan António que, apesar de reconhecer todo o esforço que era feito para fazer as actas, teve alguma dificuldade em perceber a sua intervenção, estava demasiada condensada. Foi, igualmente, posta à aprovação a acta da sessão extraordinária realizada em 9 de Agosto de 2007, a qual foi aprovada por maioria, com duas abstenções dos Srs. Deputados Dr. Raul de Almeida e Eng.º Virgílio Cravo Roxo por não terem estado presentes e com uma ressalva do Sr. Deputado Prof. Luís Lourenço que reportando-se à sua declaração na página 17 disse que a primeira parte da declaração estava conforme mas a segunda parte perdia o sentido, pela forma como estava redigida uma vez que era decorrente de uma afirmação proferida pela Sr.ª Deputada Prof. Ana Baião que não tinha sido transcrita, onde a mesma tinha acusado os elementos da bancada do Partido Social Democrata de partidarite, não se revendo em tal situação, a sua segunda parte da intervenção seria no sentido de contestar tal afirmação. Seguiu-se a aprovação da acta da sessão ordinária realizada no dia 27 de Setembro de 2007, a qual foi aprovada por maioria com duas abstenções dos Srs. Deputados Eng.º



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Carlos Monteiro e Eng.º Virgílio Cravo Roxo, por não terem estado presentes e com uma correcção do Sr. Deputado Dr. Luís Mingatos que reportando-se à página 23 da acta no final da sua intervenção que tinha início na página 22, existia uma frase curta que dizia “Já tinha sido aumentado” e que não fazia sentido. Ainda na mesma intervenção, o último parágrafo terminava com “valor tributário” onde devia constar valor retroactivo. Por fim, foi posta a aprovação da acta da sessão extraordinária realizada no dia 28 de Novembro de 2007, tendo a mesma sido aprovada por maioria com cinco abstenções dos Srs. Deputados Dr. Raul de Almeida, Dr. Luís Mingatos, Prof. Luís Lourenço, Prof. Ana Baião e Eng.º Calisto Coquim por não terem estado presentes. -----

----- O Sr. Deputado Eng.º Calisto Coquim referiu que não tinha estado presente na sessão porque tinha assumido o compromisso de representar a empresa onde trabalhava numa conferência sobre a China, propondo também à Associação Industrial de Mira que se estivesse interessada em beneficiar da apresentação, teria muito gosto em fazê-la uma vez que poderia ter interesse para o Concelho. -----

----- Deu-se início ao período de “Antes da Ordem do Dia” com a intervenção do Sr. Deputado Carlos Milheirão que começou por elogiar o gabinete de Design pelo trabalho que tinha estado a ser feito. O agradecimento era pessoal e também por parte do Centro Cultural e Recreativo da Praia de Mira que estava muito contente com a categoria e perfeição com que o trabalho estava a ser desempenhado. Relativamente à lota disse que, infelizmente, os armazéns estavam construídos, onde se podia avistar a grande “aberração” que lá estava. Alertou a Câmara Municipal para, junto com a TV Cabo,



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sinalizar os postes com faixas reflectoras que tinham sido colocados junto ao canal. Disse ainda que os candeeiros dos viveiros continuavam caídos, ferindo a vista e constituindo algum perigo. Mais disse que, mesmo não tendo sido celebrado nenhum protocolo até à data, com as Juntas de Freguesia, a Junta de Freguesia da Praia de Mira no início de Julho tinha feito um pedido à Câmara Municipal, por analogia com o protocolo de 2006 que tinha sido de 30.000,00€; que, a Junta de Freguesia da Praia de Mira em 2007 tinha recebido 7.000,00€ que nem era suficiente para pagar os ordenados dos seis trabalhadores da Junta de Freguesia e não contentes com tal situação apelou ao executivo para que tal situação fosse revista. No tocante às tentativas do “usucapião” que algumas pessoas, que tinham casas clandestinas na Videira, estavam a fazer, disse que, segundo as informações que tinha obtido, era o próprio advogado que estava a defender a Câmara Municipal em Tribunal contra o Conselho Directivo dos Compartes, que estava também a fazer as escrituras de justificação às pessoas; que, a ser verdade, era muito grave.-----

----- Interveio o Sr. Deputado Dr. Juan António que começou por referir que, da análise das actas tinha saltado uma série de situações que eram colocadas à Câmara Municipal mas que estavam relacionadas com os serviços; que, as actas teriam valor se fossem instrumento de trabalho e não apenas um fórum onde eram colocadas as questões sem consequências práticas; que, seria importante apontar, em termos de serviços, quem fazia o quê e para quando para evitar que fossem colocadas sempre as mesmas questões. Relativamente à questão da lota, mais uma vez colocada pelo Sr. Deputado e Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, Carlos Milheirão disse que, não iria colocar



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nenhuma questão uma vez que, já tinha expressado naquele fórum o que pensava sobre a obra e a sua localização. Felicitou os serviços de jardinagem da Câmara Municipal pelo trabalho que tinha sido feito na rotunda, à entrada da A17. Referiu que, a pista pedonal do Concelho de Mira era uma mais valia. Era tida por variadíssimas pessoas fora do Concelho, que se deslocavam para usufruir da pista; que, tinham de investir mais na prevenção e melhorar algumas partes que estavam degradadas. Para terminar questionou relativamente à acção declarativa de condenação da Quercus, se já tinha havido algum desenvolvimento e qual era o ponto de situação. -----

----- O Sr. Deputado João Maria Nogueira usou da palavra e depois de ter desejado a todos os presentes e respectivas famílias um Natal Feliz, questionou o executivo se já tinham sido feitas algumas diligências junto dos serviços florestais no sentido de reflorestar as zonas que tinham sido queimadas. Deu um grande elogio ao executivo pela limpeza da Vala do Regente Rei. -----

----- Em resposta às questões colocadas pelos Srs. Deputados o Sr. Presidente da Câmara Municipal começou por registar com agrado o levantamento de algumas questões que eram preocupações também do executivo nomeadamente as questões que tinham sido levantada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, os candeeiros que estavam caídos na sua opinião era uma questão também de vigilância e de educação; que, a questão dos protocolos e a parte financeira eram muitas vezes também os problemas da Câmara Municipal com outras instituições, não deixando com isso de registar a intervenção e de fazer um esforço para melhorar a questão. A questão da lota era um assunto encerrado, já estava aprovado, financiado e implantado e que se



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

identificava claramente com a arquitectura da Praia de Mira. Relativamente à questão dos terrenos camarários sob o regime florestal disse que a posição da Câmara Municipal era clara e firme e que não fazia qualquer tipo de sentido, as acusações que tinham sido feitas e que se reportavam ao advogado, Dr. Licínio Palhavã. Na questão dos postes de madeira da TV Cabo disse que, eram orientações nacionais no campo da ecologia e no tocante a sinalização dos referidos postes, a mensagem também já tinha sido passada ao Chefe de Divisão de Obras Municipais, Eng.º Rui Silva. Quanto à questão da rotunda da A17 disse que as rotundas eram das estradas nacionais, era mais uma questão que a Câmara Municipal tinha que analisar e quando a rotunda em questão estivesse feita, haveria todas as outras por resolver, inclusive algumas rotundas que necessitavam de ser corrigidas que estavam, na sua opinião muito pessoal, com muito mau gosto como exemplo a dos Leitões e a da EN109. No tocante à questão da pista pedonal concordou plenamente com o Sr. Deputado Juan António, referindo que tinha sido fruto de um projecto do seu primeiro e segundo mandato, com aprovação e apoio nacional, tendo até alcançado o prémio nacional do ambiente; que, tinha sido uma obra importante a que o anterior executivo tinha dado continuidade mas pelo facto de ter cerca de 40km tornava-se difícil conseguir manter tudo limpo e também porque as jurisdições do Ambiente, das Florestas, da Agricultura não cumpriam as suas responsabilidades; que, ia valendo a intervenção das associações locais e as parcerias com as Juntas de Freguesia. Relativamente à questão da acção declarativa de condenação da Quercus disse que o Concelho não tinha grandes problemas ambientais mas tinha algumas ameaças conhecidas de longa data e que nunca tinha visto a Quercus interessada em resolver os



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

problemas por esse motivo era uma enorme hipocrisia a questão que tinha sido levantada pela Quercus, até porque havia declarações públicas em que citava direito de propriedade dos terrenos camarários. Agradeceu a intervenção do Sr. Deputado João Nogueira e relativamente às limpezas da Vala do Regente Rei disse que foi possível graças às parcerias com as várias entidades e com as associações; que, tinham uma riqueza muito importante e fundamental para o concelho que era a capacidade humana e a alma das pessoas que estavam nas associações. Na questão da reflorestação das zonas que tinham sido queimadas, disse que em todos os momentos a Câmara Municipal intervinha para defender a floresta com debates culturais, exposições e plenários; que, tinham os sapadores florestais na parte da vigilância, já tinham sido feitas várias propostas de apoio aos bombeiros, no sentido de canalizar verbas do Estado para que houvesse ainda mais recursos. Quanto à reflorestação propriamente dita disse que continuava a ser feita uma pressão constante sobre quem competia fazê-lo porque não competia à Câmara Municipal a plantação dos pinheiros, nem tinham meios para o fazer. -----

----- O Sr. Deputado Carlos Milheirão interveio para que ficasse bem claro que não estava a acusar ninguém na questão dos terrenos camarários sob o regime florestal, apenas tinha transportado para a Assembleia um recado que lhe tinha sido dado.-----

----- Interveio o Sr. Deputado Dr. Paulo Grego para, na sua perspectiva, fazer um balanço positivo das actividades que tinham sido promovidos naquele Natal; que, com poucos meios e sem entrar em grandes despesas, o Mercado de Natal era uma boa solução para unir as pessoas no centro da Vila apesar de o clima não ter sido muito



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

favorável. Felicitou ainda o protocolo que tinha sido estabelecido com a Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, esperando que as Associações do Concelho soubessem aproveitar o protocolo e que a Câmara Municipal lhes fizesse chegar mais informações acerca de novos projectos e novas candidaturas. -----

----- O Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida reportando-se a um Boletim Municipal cheio de fotografias que tinha visto, disse que não tinha compreendido nem tinha percebido o espírito do Boletim; que, a lei dizia e permitia que fossem feitos os Boletins Municipais e os Boletins Informativos relativamente a informações, regulamentos, actas, deliberações, informações do executivo e do município e quando tinha visto aquele Boletim, tinha visto uma série de fotografias que mais lhe tinha parecido um álbum onde não constava nenhuma informação nem nenhum tipo de actos; que, tinha visto fotografias e publicações de obras, de actos e de deliberações que não eram do executivo municipal como a A17, a Variante e a Ponte do Cabeço. Assim, gostaria de saber qual tinha sido o espírito e a fundamentação e se possível o despacho que tinha estado subjacente à publicação, qual tinha sido a necessidade e os fins que tinham tentado atingir com tal publicação e quais tinham sido os custos para o município da impressão, e de tudo o que estava relacionado com a publicação. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Luís Filipe Barreto que começou por se reportar a uma questão do IMI que tinha sido levantada na última Assembleia e que constava em acta, numa intervenção do Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Dr. Manuel Martins onde tinha citado que “era de bom grado aceitar recomendações da Associação Nacional de Municípios relativamente às taxas a aplicar, evitando a descida das receitas das





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

autarquias”, declaração que tinha sido feita pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal da altura, Dr. Mário Maduro e constava também numa acta de 2003;que, o Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal ao ter lido a declaração tinha omitido uma parte que retirava a intencionalidade das palavras do Dr. Mário Maduro e que desvirtualizava a intenção de voto que era a seguir às taxas a aplicar, “visto que estas poderiam ser alteradas no final do ano e se calhar a recomendação feita seria, certamente, para evitar a descida das receitas das autarquias”; que, transparecia que tanto ele, o Partido Social Democrata como alguns elementos do Partido Socialista e outros que se tinha absterido tinham algum ajuste de contas; que, não era por ser da oposição que votava contra uma proposta da autarquia da qual o seu partido não suportava, sendo suportada pela bancada do Partido Socialista. Mais disse que tinha tentado perceber qual era o entendimento da Associação Nacional de Municípios da altura, porque era onde residia toda a questão e era também o facto pelo qual tinham votado favoravelmente, facto que tinha sido omitido; que, estava no site da Associação Nacional de Municípios um artigo que gostaria que ficasse anexo a esta acta onde constava que no IMI deviam ser adoptadas as taxas máximas; que, como era algo novo que vinha substituir o anterior imposto de contribuição autárquica, não sabiam muito bem como iria funcionar, dada a inexistência de estudos que suportavam de forma suficientemente fiável os níveis de receitas a atingir em 2004, por cada município, com a aplicação dos novos códigos aconselhava-se e sugeria-se que adoptassem as taxas máximas previstas no código do IMI, posição que tinha sido assumida em nome da prudência na gestão financeira, não impedia qualquer alteração que a execução do ano em 2004 viesse a justificar ou a anos



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

subsequentes. Não tinha havido da parte de ninguém qualquer tentativa de votar favoravelmente 0,5% porque o argumento era válido na altura e depois tinha deixado de ser válido; que, as condições eram diferentes, era a primeira vez que estava a ser votado e não sabia qual era o impacto. Terminou questionando o ponto de situação do saneamento do Concelho nomeadamente na Presa e ainda que desenvolvimentos estavam a ser feitos da Zona Industrial - Pólo II. -----

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal que começou por referir que já tinha havido uma deliberação relativamente à questão do IMI e por isso não iria retomar o assunto. No entanto tinha havido termos levantados pelo Sr. Deputado Luís Filipe Barreto, como questões de ajuste de contas, revanchismo, omissões que, não sendo desajustados, não se encaixavam em quem estava a representar o executivo, Vice-Presidente da Câmara Municipal, Dr. Manuel Martins. Quando em 2005 tinham sido eleitos, tinham encontrado um autêntico caos nas ruas da Presa que tinham conseguido resolver. Relativamente ao Centro Comunitário da Presa, numa reunião, tinha ficado bem patente que, de uma forma maioritária, não concordavam com parte do projecto, explicando que quando se entrava na bonita povoação da Presa, depois da obra feita com os dinheiros públicos e verbas comunitárias, aquilo que ressaltava era a casa mortuária, não dignificava nem embelezava a povoação; que, tinham tido algumas dificuldades, de ordem técnica e financeira, em adaptar no projecto outro local para a casa mortuária mas apesar de tudo não estava esquecido, apesar de ter sido um projecto lançado pelo anterior executivo, mesmo com a tal parte discordante, constava do plano de actividades para 2008, em tempo de crise tinha havido necessidade de relançar outras



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

prioridades. Quanto à questão do saneamento, todos sabiam que era um problema do Concelho, mas apesar de já ter sido feita uma grande parte do saneamento, continuava a estar contemplado no orçamento para 2008. No tocante à questão do Pólo II disse que tinha sido uma obra iniciada num executivo seu que depois de quatro anos fora da Câmara ainda tinha que ser acabada novamente por um executivo seu, caso para questionar o quê que tinha sido feito durante os quatro anos que não tinha feito parte do executivo da Câmara Municipal. No tocante à questão do Boletim Municipal que tinha sido levantada pelo Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida disse, com toda a sinceridade, que não estava à espera que o Sr. Deputado gostasse das fotografias e das informações do Boletim Municipal; que, eram obras feitas pelo executivo, obras da responsabilidade do Estado que não eram feitas se não houvesse uma intervenção da Câmara Municipal e uma pressão que sobrepusesse a imagem do Município em todos os momentos; que, tanto a Variante, como a A17, a Ponte do Cabeço eram tudo obras que estavam paradas e que tinha sido necessário reiniciá-las. Terminou agradecendo a intervenção do Sr. Deputado Dr. Paulo Grego no tocante ao Mercado de Natal que, de facto, tinha tido um impacto muito grande a nível do Concelho. -----

----- Interveio novamente o Sr. Deputado Luís Filipe Barreto para dizer que não tinha acusado o Dr. Manuel Martins de revanchismo, o que tinha dito e reafirmava era que estar a dizer que tinha votado uma taxa de 0,5% em 2003, com as explicações dadas pelo Dr. Mário Maduro e agora só porque era uma taxa proposta pelo Partido Socialista não concordava, estaria a acusá-lo de partidarite e de revanchismo; que, o Dr. Manuel



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Martins na intervenção da acta de 28 de Novembro de 2007 não tinha dado o enquadramento de toda a situação. -----

----- Em direito de resposta o Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida disse que não tinha dado a sua opinião pessoal quanto à questão estética e das fotografias mas sim a opinião de carácter político relativamente ao conteúdo do Boletim Municipal; que, tinha algumas dúvidas quanto ao teor e legalidade de Boletim, não era uma questão de gosto. Aquilo que tinha questionado e que continuava a questionar uma vez que não tinha tido resposta era porquê que tinha surgido aquele Boletim naquela altura com aquelas informações e quais tinham sido os gastos; que, ninguém do executivo tinha estado em 2004 na assinatura do protocolo da A17, na Figueira da Foz; que, nem a adjudicação nem o protocolo tinha sido assinado entre a Câmara, tinha sido assinado entre o Estado Português e o consórcio. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara Municipal interveio novamente para em resposta ao Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida dizer que, na sua opinião, devia estar muito satisfeito das obras que estavam a ser feitas pelo Estado Português com uma grande intervenção e pressão da Câmara Municipal. Congratulava-se pelas grandes obras que estavam feitas e que o Partido Social Democrata, enquanto tinha estado na Câmara, não tinha feito nada para que elas tivessem avançado. Disse ainda que desconhecia qualquer questão de ilegalidade no Boletim Municipal. Quanto à intervenção do Sr. Deputado Luís Filipe Barreto disse que eram reparos que não mereciam grande desenvolvimento e se havia algum problema de consciência do Sr. Deputado relativamente às suas posições do IMI era um problema que tinha de resolver.-----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Ainda em resposta ao Sr. Deputado Luís Filipe Barreto, interveio o Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal Dr. Manuel Martins, para questionar se aquilo que tinha dito na sua intervenção da sessão de 28 de Novembro de 2007 era mentira; que, a Associação Nacional de Municípios o tinha aconselhado a votar o IMI naquele valor mas que naquela altura não haviam estudos e mesmo assim tinha votado; que, como já tinha sido dito pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, se, se tratava de um problema de consciência tinha de ser resolvido pelo Sr. Deputado. -----

----- Novamente, tomou a palavra o Sr. Deputado Luís Filipe Barreto e disse que aquilo que o Sr. Vice-Presidente da Câmara tinha dito estava totalmente correcto, apenas não tinha feito enquadramento e sim omissão; que, se pecava por actos e por omissões e que ele tinha pecado por omissão. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Eng.º Carlos Monteiro e pegando nas palavras do Sr. Presidente da Câmara relativamente à Quercus, disse que embora reconhecesse a sua utilidade a nível nacional, na sua opinião as suas intervenções no Concelho tinham sido de muito mau gosto; que, existiam outras Associações como o caso da AAMARG e a GEOTA que tinham grandes intervenções a nível da defesa da orla costeira, da educação ambiental. Na questão dos postes de madeira disse que estava totalmente de acordo que os postes de betão fossem substituídos pelos postes de madeira, contudo tinham que ter em consideração o ambiente onde iriam ser colocados. No tocante aos jacintos de água questionou o executivo se a limpeza que tinha sido feita na Vala Regente Rei também iria ser feita na Vala da Cana; que, actualmente existiam apenas duas valas a deitar água para a barrinha e três que estavam cheias de jacintos. Como



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deputado Municipal agradeceu todo o trabalho ambiental que era feito pela AAMARG no Concelho e gostaria que esse trabalho fosse reconhecido por todos. -----

----- Tomou a palavra o Sr. Deputado Pedro Nunes que começou por dizer que se congratulava pela vinda dos representantes da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio e lamentavelmente pensava que teriam levado uma ideia errada daquilo que era o associativismo no Concelho pelo facto de terem estado poucas associações presentes. Relativamente à limpeza dos canais, alertou também para a limpeza que já tinha sido feita no canal e que tinha chegado próximo da capela do Senhor dos Aflitos poder ser alongada até ao Areão. Mais disse que, tinha assistido na Pista Ciclável do estradão, um senhor que vinha de tractor no sentido Norte – Sul, na sua mão mas por cima da pista, tinha sido mandado parar pela GNR; que, alertava os serviços da Câmara Municipal, para evitar problemas futuros com os proprietários dos terrenos que tinham obrigatoriamente que utilizar o estradão e a pista com as suas máquinas e tractores, para colocar sinalização permitindo apenas a passagem aos proprietários dos terrenos uma vez que tinham obrigatoriamente que se deslocarem por lá. -----

----- Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal que louvou as intervenções dos Srs. Deputados, que mesmo críticas não deixavam de ser contributos; que, estavam plenamente de acordo com o alerta que o Sr. Deputado tinha feito na questão do estradão mas na sua opinião tinha sido uma má opção ter feito aquela obra naquele local. Na questão da Confederação também concordava com a intervenção; que, tinha louvado a iniciativa da Câmara Municipal e do Vereador do Pelouro mas que também



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----  
----- tinha ficado com o mesmo sentimento de que tinha faltado mais divulgação e informação. Na questão do Canal de Mira, sabia perfeitamente que necessitava de ser limpo, estava a ser limpo mas o grande problema era que a limpeza custava milhões de euros. Concordava com a intervenção do Sr. Deputado Eng.º Carlos Monteiro e disse que teriam muitas dificuldades se realmente não tivessem o apoio de todas as Associações. Terminou, contando que quando os elementos da Associação de Pescas tinham andado a limpar as margens da barrinha, uma criança da Praia de Mira com os seus onze ou doze anos tinha alugado um dos barcos na barrinha, com o dinheiro das suas economias, tinha ido ajudar os elementos que andavam a trabalhar na zona da Videira Sul a limpar as margens; que, tudo seria mais fácil se conseguissem colocar a mentalidade, o coração e a alma a trabalhar. -----

----- Em direito de resposta o Sr. Deputado Eng.º Carlos Monteiro disse que o Sr. Presidente não tinha respondido objectivamente à pergunta das valas, ao grave problema de assoreamento. Acrescentou ainda que as portas-de-água não levavam nenhuma reparação há cerca de 80 anos. -----

----- Em resposta, o Sr. Presidente da Câmara Municipal disse que, estavam em contacto com várias entidades, nomeadamente a CCDR-C e o INAG para tentar resolver a questão. Quanto ao problema das portas-de-água disse que brevemente iriam reunir com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira. -----

----- Terminado o período de “Antes da Ordem do Dia”, o Sr. Deputado Dr. Juan António ausentou-se da Sessão. -----

----- **PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:** -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**----- PONTO UM: “Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea e) do n.º 1, do art.º 53º. da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro”. -----**

----- Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal que começou por elogiar os serviços da Câmara Municipal que em conjunto com os Srs. Vereadores têm vindo a desempenhar um bom trabalho, desde a elaboração das actas, à apresentação e elaboração de todos os documentos. Relativamente ao ponto em questão disse que a situação financeira da Câmara Municipal tinha vindo a melhorar substancialmente com uma redução do endividamento bruto e líquido que, comparado com o de 13 de Setembro de 2006, era cerca de 7.700.000,00€ passando para 5.500.000,00€ isto para o endividamento bruto, no tocante ao endividamento líquido passou de cerca de 6.000.000,00€ para 1.600.000,00€. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Dr. Luís Miguel Mingatos para também elogiar os serviços de Contabilidade da Autarquia; que, a informação tinha vindo a ser cada vez mais completa, ao ponto de algumas perguntas que eram feitas na Assembleia virem respondidas nos relatórios seguintes como era exemplo na página n.º 9 do relatório onde estavam as respostas a algumas questões que tinha feito na sessão anterior. -----

----- Interveio também o Sr. Deputado Carlos Milheiro que começou por felicitar o executivo pela recuperação financeira que se tinha verificado não deixando de referir que existia uma verba de 1.648.000,00€ da “Acuinova”. -----





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O Sr. Deputado Dr. Paulo Grego usou a palavra para também felicitar o executivo referindo que na página n.º 9 do relatório constava um quadro onde era notória a evolução e como tinha sido referido pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, a receita da “Acuinova” tinha vindo contribuir para a diminuição da dívida. ----

**----- PONTO DOIS: “Orçamento do Município de Mira e Opções do Plano para o ano de 2008”.-----**

----- Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal o qual começou por referir que o Orçamento apresentava uma boa taxa de execução, investimento, obras novas e uma redução do endividamento; que, não sendo o orçamento perfeito, estavam no bom caminho. Dando uma breve explicação começou por dizer que, no âmbito da Modernização Administrativa a Autarquia tinha levado por diante importantes projectos e parcerias como era exemplo a contemplação de obras e remodelação do edifício municipal que, para além das obras de preservação necessitava também de proceder a alguma adequação no âmbito da filosofia da modernização e da tecnologia, era necessário a aquisição de equipamento informático, mobiliário e sinalética tudo no sentido da criação do chamado balcão único de atendimento, tudo candidatável ao QREN, não deixando de referir a Certificação da Qualidade. Na área da Protecção Civil disse que era uma área importante e era necessário continuar a apoiar os Bombeiros Voluntários. Na questão da Educação, Ensino e Cultura ressaltava a construção do centro escolar, o pólo educativo da zona sul, na Lentisqueira já com compromisso assumido na carta educativa e com financiamento assegurado no QREN a nível de equipamento e de infra-estruturas que contemplava ainda a remodelação da Escola do



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

1.º CEB da Lagoa, as Escolas do Concelho do 1.º CEB e Pré – Escolas; o edifício do Jardim-de-infância da Praia de Mira e habitação plurifamiliar; o projecto da ligação à Internet; rubricas de transportes escolares, programas de expansão e desenvolvimento escolar, fornecimento de refeições e aquisição de material didáctico e pedagógico e ainda o projecto da rede das bibliotecas escolares, não esquecendo o plano nacional de leitura. Na parte de Acção Social estava contemplada a Creche, o Jardim-de-infância de Mira que, com a saída dos armazéns da Câmara daquele local, poderiam ser equacionadas várias valências naquele espaço. Realçou ainda o apoio a instituições de solidariedade social com obras e equipamentos não esquecendo as famílias carenciadas bem como a recuperação das suas habitações. Passando para o Ordenamento do Território a tónica fundamental eram obras novas e alguns compromissos assumidos; a requalificação do Largo da Presa, da antiga praça do peixe, construção dos novos armazéns do município, Variante Sul, obra que já estava adjudicada e em fase de construção, juntamente com os acessos ao Sul da Praia de Mira e à Pescanova , existindo compromissos de apoio a 70% do programa de valorização do território para as referidas infra-estruturas; pavimentações na Variante Norte; requalificação do centro da Vila de Mira já com a nova Avenida em projecto; limpeza e requalificação de toda a Rua e Vala da Corga; requalificação do Centro da Praia de Mira e estacionamento junto ao Campo do Touring; requalificação também do estacionamento da Praia do Poço da Cruz; Estrada Florestal N.º 1, desde o guarda Marques até ao início da Variante à Praia, tanto em termos turísticos como em termos de desafogamento do trânsito; o prolongamento da marginal para Sul, obra que estava no Plano de Urbanização;



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Avenida e passadiço entre a Capela da Praia de Mira e a Lota, projecto de valorização cultural, ambiental e turística daquela zona; manutenção da Pista Pedonal; requalificação do Bairro Norte, drenagens e passeios; requalificação do Centro da Lagoa; aquisição de terrenos junto da ETAR, para um projecto museológico e para os acessos aos novos armazéns da Câmara Municipal; conservação de espaços públicos e redes viárias. No tocante ao saneamento disse que existia alguma indefinição quanto à forma de gestão e de concretização das candidaturas, no entanto estavam com saneamento a processar-se no terreno de acesso à Pescanova e à Freguesia da Praia; seria bom se conseguissem resolver a situação de Casal Sobreiro, Portomar, Presa e Lagoa, da continuidade ao saneamento para a zona do Areal, zona sul do Concelho e zona Industrial de Montalvo, Casal de S. Tomé e Carromeu; saneamento da SimRia que era compromisso assumido que quando tinha iniciado o mandato estavam com uma dívida elevadíssima mas que já estava actualizada. Quanto ao abastecimento de água enumerou o reforço à Praia de Mira relacionado também com a Pescanova; construção do depósito da Praia; ampliação da rede de água; aquisição e reparação de equipamento; resíduos sólidos; protecção do meio ambiente; manutenção de espaços verdes no Concelho; Parques Infantis. No tocante à Cultura mencionou o Núcleo Museológico de Mira; a rampa de acesso ao Posto de Turismo para deficientes; Projecto do Centro de Ciência Viva; Plano Nacional de Leitura; apoio a publicações; equipamento para a Biblioteca, subsídios às Associações e Colectividades; No Desporto, referiu o Parque Desportivo Municipal em que já se encontrava em construção a 1.º fase; Projecto de Construção do Campo de Tiro; projecto do Polidesportivo da Praia; Verba para o Centro



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Juventude de Mira; sistema informático e controlo de acesso ao Parque de Campismo; Projecto do Clube Náutico e encargos com a Piscina e Pavilhões. Instalação de rede eléctrica no Concelho, projecto do Montalvo; iluminação pública; Plataforma empresarial e logística e criação de uma gestão conjunta das zonas industriais. Na rubrica transportes e Comunicações referiu a Sinalização Vertical e Horizontal; requalificação quanto a Mercados e Feiras como a 3.<sup>a</sup> fase do Largo da Feira de Portomar; Infra-estruturas de apoio à Pesca Costeira; Parque de Campismo da Juventude que tinha sido recuperado para a Câmara Municipal onde era necessário também um grande investimento; Escola de Formação Profissional no Parque de Campismo que contemplava bar, restaurante e sala de formação. Continuando, apontou as Amortizações aos empréstimos, os Subsídios às Juntas de Freguesias e Associações; Participações na AIBAP que teriam de ser revistas com novas revisões orçamentais, conforme a legalização daquele espaço. Mais disse que, tinham conseguido pagar grande parte das dívidas que vinham de 2005 e 2006 permitindo uma melhor estrutura da gestão e um incentivo ao investimento, com a taxa de execução de 2007e com o encaixe da receita proveniente de terrenos para a Pescanova e expropriação de terrenos para a construção da A17, tinha sido possível pagar parte do valor da dívida e elaborar um novo orçamento com novos projectos. Estavam a mexer um pouco nas estruturas e nas oportunidades futuras dos Cidadãos, estavam ainda a ser implementadas grandes infra-estruturas de responsabilidade do Estado. Terminou, apelando a aprovação do Orçamento porque na globalidade o Orçamento dava continuidade ao desenvolvimento do Concelho. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O Sr. Deputado Dr. Luís Mingatos começou por referir que o Sr. Presidente da Câmara Municipal na explicação que tinha feito tinha falado muito de projectos e de despesas e muito pouco de receitas; que, com tanta receita e redução do endividamento, aquilo que tinham visto, mais uma vez, era os impostos directos sobre os Mirenses a aumentarem novamente, designadamente cerca de 21.07%; que, aquilo que era para ser uma medida de carácter excepcional até a receita estabilizar iria aumentar novamente. Relativamente às despesas disse que, o Sr. Presidente não tinha falado na despesa com o pessoal, que era um custo fixo que, na sua opinião, teria de ser evitado; que, já tinha alertado quando tinha sido a revisão do Quadro de Pessoal que era muito rígido e necessitava de ter mais flexibilidade, seria mais indicado que o pessoal fosse contratado por projecto, como já tinha acontecido noutras alturas e afectar funcionários do Quadro aos novos projectos como tinha sido o caso do Projecto de Modernização Administrativa; que com tantos projectos e projectos novos as aquisições de bens de capital tinham caído 9,14%. Questionou se não seria melhor levar o Orçamento aos valores mais reais em vez de um Orçamento tão empolado e consoante fossem obtidas as receitas fazer uma revisão do plano de acordo com as receitas. Quanto ao endividamento líquido disse que tinha muitas reservas até ser bem explicada a questão dos compromissos com alguns projectos participados. -----

----- Tomou a palavra o Sr. Deputado Prof. Luís Lourenço que começou por se congratular com algumas medidas que, ainda que os valores atribuídos fossem baixos, lhe tocavam pessoalmente como era o caso da aquisição de fundos para as Bibliotecas Escolares, o Projecto da própria rede das Bibliotecas Escolares e o Projecto da ligação



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da Internet a todas as salas do 1.º Ciclo. No seu ponto de vista, no Orçamento procurava-se edificar demasiado e conservar muito pouco uma vez que haviam muitas situações no Concelho que necessitavam de ser bem preservadas; que, o Projecto do Centro de Juventude, o do Centro de Ciência Viva, da Creche e Jardim-de-infância e o Núcleo Museológico deviam ser equacionados no sentido de verificar se os espaços pudessem ser agregados, mais multifuncionais para tirar mais partido dos investimentos e não gastar tanto, dando exemplo de ser agregado um auditório a um dos projectos, coisa que fazia tanta falta em Mira. Relativamente à Creche e Jardim-de-infância gostaria de saber qual a sua localização e se seria para substituir a Creche já existente uma vez que era explorada por uma IPSS. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Dr. Paulo Grego, o qual começou por referir que a introdução inicial do Plano e Orçamento tinha ajudado muito, a quem tinha algumas dificuldades em lidar com contas e números; que lhe pareceu ser um orçamento de rigor e contenção. Abrangia algumas áreas que lhe eram particularmente gratas, nomeadamente a Cultura, Educação, Desporto e Saneamento; que, os projectos incluídos na Cultura o tinham alegrado bastante e não concordava com o Sr. Deputado quando referiu que eram projectos que podiam ser aglutinados num só, até porque já conhecia o Projecto de Ciência Viva que tinha sido apresentado publicamente na inauguração do Planetário da ASTROEMIR e o Projecto do Núcleo Museológico que tinha estado exposto na Festa de S. Tomé. No tocante à verba destinada ao Saneamento disse que mesmo sabendo que as taxas de execução não seriam de 100% se a taxa de execução do orçamento de 2007 se mantivesse, em poucos anos, Mira estaria com



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

saneamento em todo o Concelho. Para além dos muitos projectos, o orçamento também contempla bastantes obras, algumas delas já iniciadas e poucas repetidas do anterior, tornando assim o orçamento mais realista. -----

----- Usou da palavra o Sr. Deputado Fernando Alves que começou por referir que o Saneamento na zona Sul era um sonho de qualquer munícipe. Era uma zona onde, nos últimos anos, tinham fechado quatro escolas, nomeadamente Arneiro, Leitões, Ramalheiro e Ermida e que a construção de um Centro Escolar Poli educativo naquela zona seria também um sonho até porque as escolas tinham fechado por falta de condições e não por falta de crianças. Contudo, não tinha visto no orçamento para 2008 contemplada mais nenhuma obra desde o Corticeiro de Baixo até à Ermida. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Eng.º Carlos Monteiro para em primeiro lugar dizer que tinha alguma dificuldade em compreender alguns pontos do orçamento, contudo, de uma forma geral, concordava com o Orçamento e tinha ficado bastante satisfeito com as verbas aplicáveis ao Ordenamento do Território, Ambiente e Saneamento. -----

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente Câmara Municipal que começou por dizer que, concordava em muitos aspectos com a intervenção do Sr. Deputado Dr. Luís Mingatos embora não estivesse de acordo quando tinha referido que o IMI tinha aumentado, frisando ainda a recuperação em termos financeiros que iriam ter devido aos Planos de Urbanização; que, o Plano para 2008 tinha uma maior aderência à realidade e não estava empolado como tinha sido referido pelo Sr. Deputado; que, o orçamento não era apenas projectos, existiam muitas obras que já estavam no terreno e outras que estavam adjudicadas. Concordava também com a intervenção do Sr. Deputado Prof. Luís



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Lourenço até porque tinha uma sensibilidade especial para a área que tinha focado. No tocante à questão da Ciência Viva disse que era uma parceria que tinham com as Universidades de Aveiro e Coimbra e a nível local com a EMIR e com AAMARG. Agradeceu ainda a intervenção do Sr. Deputado Dr. Paulo Grego e quanto a intervenção do Sr. Deputado Fernando Alves disse que a sua visão sobre a parte Sul do Concelho estava correctíssima; que, de facto tinham que olhar por aquela parte do Concelho e era com orgulho que dizia que tinha sido nos seus mandatos que tinham feito alguma coisa por aquela zona, nomeadamente o abastecimento de água, alcatrão, passeios e muitos outros.-----

-----Em direito de resposta o Sr. Deputado Fernando Alves disse que não lhe interessava quem tinha feito ou quem tinha deixado de fazer; que, aquilo que lhe interessava era resolver o problema das populações e que por vezes até seria um pouco duro nas palavras mas que, o Sr. Presidente da Câmara tinha a obrigação de reparar pela população. Esperava que o Sul não fosse esquecido, mais ainda com a divisão natural que ia ter. -----

----- Também o Sr. Deputado Dr. Luís Mingatos em direito de resposta disse que, quando se tinha reportado a projectos e a despesas futuras tinha sido baseado no Plano PluriAnual de Investimentos; que, tinha verificado que o valor realizado dos projectos era de 106.327,00€ e no ano 2008 e 2009 iria ser 17.000.000,00€; que, lhe parecia demasiada despesa para dois anos e com as taxas de execução verificadas não lhe parecia que fosse possível. Terminou mostrando o seu agrado pela nova apresentação do Orçamento, devendo-se com toda a certeza a bons profissionais da Câmara Municipal. --





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Interveio o Sr. Deputado Prof. Luís Lourenço para questionar novamente o local da creche e reforçando a ideia que um dos novos projectos incluísse um auditório. -----

----- Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal para em resposta ao Sr. Deputado dizer que pretendiam avançar com a Creche Municipal na zona dos armazéns, a seguir ao edifício da GNR; que, seria um espaço muito mais condigno do que andar a mexer em Mercados e obras já inauguradas. Em resposta ao Sr. Deputado Dr. Luís Mingatos disse que do ano 2005 até ao ano 2009 iria decorrer o mandato daqueles que o povo tinha eleito e em 2009 dariam novamente a palavra ao povo; que não tinha percebido a admiração do Sr. Deputado de tantas obras e projectos para aqueles dois anos; que, esperava que não estivesse a chamar eleitoralistas, obras tais como Abastecimento de Água, Saneamento para a Pescanova, Parques de Campismo, Armazéns da Câmara Municipal e outras. -----

----- Procedeu-se de seguida à votação, tendo o Orçamento para o ano 2008 sido **aprovado por maioria**, com seis votos contra do Partido Social Democrata e uma abstenção do Sr. Deputado Fernando Alves. As Grandes Opções do Plano para o ano 2008 foi também **aprovado por maioria**, com seis votos contra do Partido Social Democrata e uma abstenção do Sr. Deputado Fernando Alves. -----

----- **DECLARAÇÃO DE VOTO:** -----

----- Usou da palavra o Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida que em nome da sua bancada disse que, tinham votado contra o Orçamento e Opções do Plano para o ano 2008 porque tinham verificado um aumento das receitas correntes, cerca de 21% mais de 800.000,00€ à base do IMI; que, tinham alertado para tal situação e ela constava no



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Orçamento. Verificavam ainda uma diminuição das receitas de capital em mais de 1.000.000,00€, apesar da continuada venda de terrenos e de pinhais, diminuição de 9,14%. Um aumento das despesas com o Pessoal, assunto que também tinha sido alertado, aquando da aprovação do novo quadro, cerca de 300.000,00€, traduzindo-se num aumento de 9% e por fim a grande maioria das despesas referia-se aos projectos de 2008, tendo um grau de realização zero. -----

----- O Sr. Deputado Fernando Alves usou também da palavra para dizer que a sua abstenção ao ponto em causa tinha sido pelo facto de se encontrar naquela Assembleia em regime de substituição e não teria hipótese de julgar no próximo ano. -----

----- O Sr. Deputado Carlos Milheirão tomou a palavra para dizer que na sua opinião o Orçamento servia perfeitamente bem o Concelho, em particular a Praia de Mira por isso o seu voto favorável. -----

----- O Sr. Deputado Eng.º Carlos Monteiro também em nome da sua bancada disse que, tinham votado favoravelmente porque era um Plano e um Orçamento de rigor e mais real que os anteriores, desejando que a sua taxa de execução fosse superior à do ano anterior. Terminou lamentando a declaração de voto do colega Dr. Raul de Almeida uma vez que o executivo não tinha oportunidade de se defender das críticas apontadas.

----- **PONTO TRÊS: “Alteração ao Plano Director Municipal, por adaptação (artº. 97º. do D.L. nº. 380/99, de 22 de Setembro, na actual redacção)”.** -----

----- Usou da palavra o Sr. Presidente Câmara Municipal apenas para dizer que com a entrada em vigor dos dois Planos de Urbanização era necessário proceder à alteração do PDM de Mira. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Seguiu-se à votação do Ponto, tendo o assunto sido **aprovado por unanimidade.** --

----- O Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida explicou ainda ao líder da bancada do Partido Socialista que a declaração de voto do Partido Social Democrata tinha sido o seguimento da intervenção e os números eram aqueles que tinham sido feitas as questões sobre os quais o executivo se tinha pronunciado. Terminou, em nome de toda a sua bancada, desejar a toda a Assembleia e ao Executivo Municipal um voto de boas festas, bom natal e boas entradas; que, o ambiente vivido naquela Assembleia Municipal, apesar das discussões e das divergências, que se mantivesse no próximo ano de 2008. -----

----- O Sr. Deputado Carlos Milheirão interveio para desejar boas festas a todos e muito sucesso ao executivo para o ano 2008.-----

----- Interveio o Sr. Deputado Eng.º Carlos Monteiro para desejar boas festas a todos e boas entradas no novo ano. Ainda relativamente à intervenção do Sr. Deputado Dr. Raul não tinha entendido que tivesse falado de despesas com Pessoal. -----

----- Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal que em nome do executivo desejou muita saúde e festas felizes para todos. -----

----- Tomou a palavra o Sr. Deputado Narciso Patrão para dizer que havia possibilidade de haver harmonia na Assembleia e discutir com tranquilidade os problemas do Concelho para que este seguisse em frente. Terminou desejando um Bom Natal e um Feliz Ano Novo. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O Sr. Deputado Fernando Alves usou da palavra para dizer que como estava em regime de substituição provavelmente aquela seria a ultima sessão em que participava desejando a todos aquilo que desejava para si. -----

----- Por fim, tomou a palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal o qual em nome pessoal e também em nome da mesa disse que não era difícil trabalhar com todos os membros da Assembleia, eram pessoas extremamente educadas, sabiam usar os seus momentos para discordar e concordar respeitando as diferenças; que, gostaria que aquele comportamento e forma de estar passa para os munícipes, era o melhor modelo que lhes podiam dar e que independentemente das diferenças e da construção que faziam a partir das diferenças se davam bem como cidadãos, como mirenses, como Gandareses e como amigos. Deu ainda os parabéns ao executivo pela sua urbanidade e frontalidade, aos técnicos da Câmara Municipal que eram inultrapassáveis e à D.<sup>a</sup> Olívia Eulálio, secretária da Assembleia que era inultrapassável na generosidade, na gentileza, no profissionalismo e na paciência com que os acolhia. Ao Grupo do Partido Social Democrata, à unidade MEL e ao grupo do Partido Socialista deixou um voto de um Santo Natal e um ano de 2008 melhor que o de 2007. -----

----- Terminada a agenda de trabalhos da sessão, pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia foi solicitada ao plenário autorização para assinatura em minuta da acta respectiva, tendo a mesma sido **concedida por unanimidade**.-----

-----**ENCERRAMENTO:** -----

----- E não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal foi declarada encerrada a sessão, sendo vinte horas, da qual, para constar, se



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

lavrou a presente acta, em que as respectivas deliberações foram todas tomadas conforme se refere no texto e aprovadas em minuta assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artº 92.º da Lei 169/99, de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro. -----

\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_